

Prólogo

Existem verdadeiros bens, quer dizer, bens que em si mesmos sejam bons? Ou só se chega a decidir que algo é bom para mim, porque me agrada, me satisfaz segundo minhas circunstâncias, preferências, modo de ser ou cultura? São perguntas presentes em toda pessoa humana ao longo de sua vida, de diferentes formas nas diversas decisões próprias de cada período biográfico. Apresenta-se a cada pessoa e também de modo coletivo às famílias, às entidades educativas, à sociedade civil, aos legisladores.

Nas épocas históricas de maior ceticismo e incerteza sobre a capacidade de conhecer verdades em sentido estrito, homens e mulheres tendem a buscar ao menos uma segurança prática em uma ética compartilhada. Chega-se assim a normas, talvez mínimas, que tornem possível a convivência. Falta confiança na capacidade de se conhecer a realidade tal como ela é. Muitos pensadores atuais pensam que nossa época seja deste tipo.

J. Ratzinger comparou nosso tempo a uma pessoa com medo de perigos externos como um incêndio, sem advertir que ela mesma tem uma enfermidade progressiva, perigosa para a sua mesma sobrevivência. Buscamos soluções às diversas crises de caráter educativo, econômico, demográfico, de conflitos culturais, sem admitir como um mal profundo o desconhecimento da natureza humana em mim e nos demais: quem sou? Que sentido tem o meu nascimento, a minha biografia, o meu destino? Além disso, em muitos países o ambiente político e midiático impede inclusive de se colocar essas questões, pelo menos de maneira científica e pública. Entretanto, a incapacidade de se conhecer, o medo de enfrentar a própria identidade é uma autêntica enfermidade, causa de muitos sofrimentos e angústias. Recordemos o clássico lema «Conhece-te a ti mesmo», como porta de entrada para a sabedoria.

Especialmente pensadores com mais experiência têm a valentia e a ingenuidade de ir ao coração dos grandes temas. Por exemplo, René Girard afirma agora um realismo cognoscitivo: «Sem arrependimento, renunciei a todos os jogos teóricos e me voltei para as regras da evidência e da prova mais tradicionais e de sentido comum» (R. Girard – G. Vattimo, *Verità o fede debole? Dialogo su cristianesimo e relativismo*, ed. Transeuropa, Massa 2006, p. 98). Robert Spaemann sustenta há muito tempo que a filosofia seja a ingenuidade institucionalizada (*Sobre Dios y el mundo: una autobiografía*

dialogada, Palabra, Madrid 2014). Rémi Brague fala da infraestrutura metafísica do real, enfrentando precisamente a questão do bem. Afirma, com efeito, que o maior problema atual é a desconfiança na bondade da realidade. É um ceticismo que deixa a liberdade sem uma orientação. Parece uma liberdade apenas negativa, entendida como ausência de constrições, mas não positiva, no sentido de uma liberdade *para* algo e *com* os demais. Já Husserl tinha diagnosticado em 1935, em uma conferência sobre *A crise da humanidade europeia e a filosofia*, que o maior perigo de Europa era o cansaço, do qual só poderia sair reconquistando uma «teleologia histórica de fins racionais infinitos».

Anderson Machado Rodrigues Alves captou com lucidez e valentia a origem da debilidade cultural de hoje e das consequentes crises e quis ir à sua raiz, investigando a relação entre o bem e a verdade, o amor e o conhecimento, a vontade e a inteligência, a ética e a metafísica. A afirmação de Tomás de Aquino de que «A verdade e o bem se incluem mutuamente. Pois a verdade é certo bem, sem o qual não seria apetecível; e o bem é certa verdade, sem a qual não seria inteligível» (*S. Th.*, I, q. 79, a. 11, ad 2) o levou a refletir sobre esse tema estudando as questões *De Veritate* desse filósofo e teólogo. Nesta conexão recíproca entre verdade e bem está a chave para confrontar o tema da finalidade.

Quando as diferentes realidades do universo têm fins intrínsecos coordenados entre eles, a moralidade correspondente à dignidade humana se apoia na natureza altíssima da pessoa. As suas aspirações infinitas nos mostram o dever-ser. Desaparece então o fosso entre a ética e a realidade. O *ethos* deixa de ser compreendido como algo acrescentado. Está, de fato, contido na estrutura mesma da pessoa. Neste sentido, ética e metafísica caminham juntas, porque a contemplação *meta-física* não consiste tanto em ir além do que experimentamos quanto no ler dentro da realidade mesma, sem autolimitar a capacidade de olhar com profundidade as pessoas.

Entretanto, esse ver dentro implica o amor, como afirma Carlos Cardona na sua *Metafísica del bien y del mal*. Tomás de Aquino se ocupou do conhecimento por conaturalidade, o qual está presente em nosso discernimento entre o bem e o mal. Os sentimentos não ficam fora dessa tarefa. São uma parte do contemplar a realidade com inteligência, vontade e coração.

Expresso o mais sincero desejo de que a juventude universitária do Brasil possa ajudar a velha Europa a recuperar-se do seu cansaço. O trabalho de Anderson M. R. Alves é uma mostra valiosa de uma leitura renovada dos clássicos a partir da experiência atual, na busca de orientação para construir o futuro.

MONS. LLUÍS CLAVELL

Presidente da Pontifícia Academia de Santo Tomás de Aquino

Introdução

«Todas as leis e regras morais são reduzidas a uma só: à verdade»¹. Essa afirmação de G. Goethe parece a muitos uma doce ilusão de uma época romântica que jamais voltará. Pois grande parte das éticas atuais se refere ou a descrição dos comportamentos morais nas diversas sociedades, ou ao fruto de acordos para a regularização da vida social numa comunidade plural e globalizada. Isso implica a aceitação de que a verdade ou é fruto de uma construção humana, ou é algo inalcançável. No primeiro caso, se supõe que quase qualquer afirmação possa ser verdadeira; no segundo, que qualquer afirmação é, no fundo, falsa, uma ilusão que serve para dominar os mais fracos. Ambas as posturas são duas faces de uma mesma moeda: o relativismo gnosiológico, presente nos mais variados discursos éticos contemporâneos.

De fato, diversas filosofias morais da atualidade supõem a negação do alcance ontológico do conhecimento. E ao se negar, ou duvidar da capacidade humana de conhecer a realidade e o seu valor intrínseco, as regras morais perdem o seu fundamento. Desaparecem assim tanto os atos intrinsecamente bons, como os intrinsecamente maus. Quase todo comportamento passa a ser justificável: basta que se respeite a liberdade alheia e que se viva espontaneamente em busca de uma felicidade que, no fundo, não existe.

O atual divórcio do bem e da verdade se manifesta em graves problemas tanto teóricos como práticos. O mais evidente é o relativismo que, na sua versão mais forte, afirma que cada um tem a sua verdade, e por isso duas afirmações contraditórias poderiam ser igualmente verdadeiras a diversos sujeitos. Os juízos se relacionariam somente com o sujeito que o emite e não com a realidade apreendida, de modo que a verdade passa a ser considerada quase como autenticidade e os juízos são reduzidos a meras opiniões.

A nosso modo de ver, o que realmente é uma construção teórica inconsistente é o próprio relativismo. Pois quem diz que duas afirmações contraditórias possam ser verdadeiras, deveria logicamente aceitar que duas afirmações contraditórias não podem ser verdadeiras, afirmação essa que contradiz a anterior. Mas quem diz que duas afirmações contraditórias podem e não podem ser verdadeiras, certamente não sabe o que diz. Em

1. G. Goethe, *Carta a Müller de 28/03/1819*, in J. Pieper, *La realtà e il bene*, Editrice Morcelliana, Brescia 2011, p. 37.